

O SUPERVISOR EDUCACIONAL COMO ARTICULADOR DA ÉTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

THE EDUCATIONAL SUPERVISOR AS THE ARTICULATOR OF ETHICS IN THE SCHOOL CONTEXT

Marcos Alexandre Alves

Doutor em Educação pela UFPEL.

Carla Regina da Rocha Alves

Graduada em Pedagogia pela UNIFRA.

Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Pelotas – RS – Brasil

Endereço:

Trav. Visconde de Uruguai, 25

Perpétuo Socorro – Santa Maria - RS

CEP: 97045-500

E-mails:

maralexalves@gmail.com

caiaregina@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho propõe-se investigar as concepções de ética dos supervisores educacionais do Ensino Fundamental de algumas escolas públicas de Santa Maria – RS. Os princípios éticos estão cada vez mais presentes na vida dos indivíduos que constituem as sociedades contemporâneas, por esta razão as políticas educacionais para a Educação Básica do país destacam a necessidade de se trabalhar estes princípios como um tema transversal. Neste contexto, o supervisor educacional tem como tarefa realizar mediações entre as exigências das políticas públicas e as práticas pedagógicas dos docentes. Porém se torna um desafio focar a ética nos espaços escolares e incorporá-la no processo de ensino-aprendizagem que se realiza em cada uma das áreas do conhecimento. Metodologicamente, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, para a qual se utilizou na coleta dos dados a técnica de entrevista semiestruturada; já a análise das informações está fundamentada na técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam para dificuldades em trabalhar temáticas relacionadas à ética com professores e alunos. Pode-se inferir que entre os supervisores predomina a concepção de ética como respeito ao colega, isto indica que prevalece o uso de concepções e metodologias centradas na ética contextual. Portanto se acredita que a ética pode ser mais bem explorada e trabalhada no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Supervisor Escolar. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This paper investigates the ethical concepts of educational supervisors of some of Elementary School Public Schools in Santa Maria - RS. Ethical principles are increasingly present in the lives of individuals in contemporary society, therefore education policies for Basic Education in the country highlight the need to work with these principles as a cross-cutting theme. In this context, the educational supervisor

is tasked with conduct mediation between the demands of public policy and pedagogical practices of teachers. However, it becomes a challenge to focus on ethics in schools, and to incorporate it into the teaching and learning that take place in each area of knowledge. Methodologically, this is characterized as a qualitative study, using the collection technique of semi-structured interviews and analysis of data based on the technique of content analysis. The results point to difficulties in working with issues related to ethics teachers and students. It can be inferred that among the supervisors, the concept of ethics like respect for colleagues is prevalent, which indicates the prevalence of the use of concepts and methods focused on contextual ethics. Therefore, it is believed that ethics can be more and better explored and addressed in schools.

KEYWORDS: Ethics. School Supervisor. Elementary Education.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais para a Educação Básica do país destacam a necessidade de se trabalhar as questões éticas como um tema transversal aos demais conteúdos do currículo escolar. Isto exige preparação profissional dos professores para o exercício de um trabalho coletivo em que o ensino deve ser centrado no estudante. Esta concepção de educação pressupõe princípios construtivistas em que o estudante é incentivado a reconstruir os conhecimentos trabalhados pela escola. A educação, nesta modalidade, rompeu com o significado de concepções tradicionais e se introduziu no cotidiano escolar, termos como competências, habilidades, valores éticos, sociais, culturais.

Nesta perspectiva, compete ao supervisor educacional realizar as mediações entre as exigências das políticas públicas e as práticas pedagógicas dos docentes. Ou seja, acompanhar o processo ensino-aprendizagem, coordenar a elaboração do currículo, interpretar os parâmetros legais, promover a integração de estudos e práticas. Em última análise, cabe ao supervisor, no processo pedagógico, a responsabilidade pelo desenvolvimento de programas e planejamentos avaliativos e métodos de ensino e recuperação.

As sociedades de um modo geral buscam desenvolver maneiras de preservar o convívio coletivo, criando métodos de transmitir conhecimentos e valores aos seus membros, principalmente os mais jovens. Entretanto esta transmissão não se caracteriza pela reprodução de valores e conhecimentos, mas sim por meio de reflexões, mudanças e inovações. Vale dizer, a escola, que tem como função a socialização do conhecimento, tem sido alvo de discussões sobre a importância e a relevância de ter como parte integrante de suas atribuições, o papel de formação moral de seus membros. Contudo se torna um desafio trazer a ética para o espaço escolar e incorporá-la no processo de ensino e aprendizagem que se realiza em cada uma das áreas do conhecimento. Para que isto ocorra, exige-se uma atitude reflexiva, participativa e crítica com relação aos problemas e às circunstâncias que surgem no cotidiano, bem como os valores e as regras que norteiam o sujeito.

Diante deste contexto educativo, no presente artigo, pretende-se analisar o modo como os supervisores educacionais de escolas públicas de ensino fundamental lidam com a temática da ética na educação escolar. Para esta finalidade, configuramos o seguinte problema de pesquisa: Quais são as concepções de ética do supervisor educacional e como ele articula esta questão no contexto escolar? Face à amplitude do problema formulado, questões norteadoras foram estabelecidas para auxiliar na delimitação da temática, quais sejam: 1) Como o supervisor educacional incentiva reflexões acerca da ética com os professores? 2) Como são trabalhadas as questões de privacidade e sigilo no contexto escolar? 3) Que valores culturais, sociais, políticos e éticos são repassados aos professores por meio das atividades? E, para dar conta das pretensões da pesquisa, a metodologia de trabalho envolveu uma revisão bibliográfica e um trabalho empírico com supervisores do ensino fundamental.

O PAPEL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL

Uma das características da sociedade contemporânea é conviver com constantes mudanças, sejam elas: sociais, culturais, políticas, científicas, morais, filosóficas, educacionais. Antes as quais o

ser humano se supera na criação e na reinvenção de novas técnicas e formas de comunicação, que por sua vez acabam por interferir diretamente na sua maneira de falar, pensar, enxergar, aprender, agir e conhecer o mundo. Neste sentido, faz-se necessário analisar a educação desenvolvida nas escolas, para visualizar e compreender até que ponto a escola está realmente contribuindo para a (re)construção da subjetividade dos estudantes, inseridos neste horizonte de inovações. Neste empreendimento analítico, é preciso começar pela compreensão do modo como atua o sujeito que está à frente de uma coordenação pedagógica - o supervisor educacional.

A função do supervisor educacional sempre esteve atrelada às políticas públicas educacionais, daí a constante modificação de suas atribuições. O supervisor educacional tem como uma de suas funções exercer o papel de articulador entre equipe diretiva, professores, funcionários, estudantes e seus familiares. Ou seja, para Przybylski (1985a), o supervisor educacional é aquele educador que motiva a comunidade escolar a participar e a construir um currículo dinâmico, que seja reflexo deste mundo vivido. Outrossim, o supervisor educacional deve ser um profissional pesquisador, estudioso das teorias educacionais, mas precisa principalmente estar envolvido no processo pedagógico e que seus meios e técnicas estejam de acordo com a realidade da escola (PRZYBYLSKI, 1985b).

Por conseguinte, é importante que se conheça um pouco da trajetória histórica do supervisor educacional e seu reflexo na prática pedagógica, pois isto permite perceber o grande avanço profissional que ocorreu com relação a este profissional nos últimos tempos. Assim, desde o ponto de vista de Rangel, a função de supervisor não surgiu para trabalhar em escola. Ou seja, "a idéia da supervisão surgiu com a industrialização, tendo em vista a melhoria quantitativa da produção, antes de ser assumida pelo sistema educacional, em busca de um melhor desempenho da escola em sua tarefa educativa". (RANGEL, 2007, p. 69).

Pode-se constatar que, inicialmente, o papel deste profissional era o de inspecionar, reprimir, checar e monitorar. Sua responsabilidade girava entorno da produtividade, da eficiência e da qualidade do planejamento e sua execução. Mais tarde foi relacionado com a educação, mas manteve-se o objetivo de verificar as atividades docentes. Com tantas modificações que ocorreram no mundo do trabalho e nas relações sociais, houve a necessidade da mudança do perfil do supervisor, pois com o advento da globalização, as políticas educacionais mudaram. Como afirma Queiroz, nestes novos tempos, o perfil do trabalhador também deve ser outro:

O bom profissional deve ser aquele capaz de imaginar soluções com base em mecanismos inovadores de adaptar-se rapidamente a nova realidade e assumir posições eficientes e coerentes perante novos desafios. Para isto, mais do que adquirir conhecimento já elaborado é imprescindível ter habilidades e competências que lhe permitam aprender novos procedimentos e principalmente acessá-los. (2006, p. 81).

A nova demanda social e educacional mudou o perfil do supervisor educacional, que na atualidade deve ser de um profissional que seja um articulador dinâmico e ciente de sua importância na educação, e uma de suas preocupações deve ser a de aprimoramento do currículo e sua atualização permanente. O dinamismo do mundo contemporâneo e a conseqüente evolução acelerada do conhecimento e dos recursos disponíveis não permitem que as atividades docentes e os conteúdos programáticos se eternizem.

Contudo, na esteira do pensamento de Rangel (2003), o supervisor não é mais aquele sujeito que possui um "super poder" de assessorar, acompanhar, controlar e avaliar o trabalho que os professores realizam nas escolas, mas aquele que constrói com os professores seu trabalho diário. A organização pedagógica das escolas não é tarefa exclusiva do supervisor educacional. Ou seja, planejar, organizar, coordenar e de certa forma, "controlar", são atribuições da supervisão educacional e também de todos os participantes do processo educativo.

Quando nos referimos à coordenação do trabalho pedagógico não estamos absolutamente reduzindo tal atividade aos coordenadores pedagógicos ou supervisores, muito pelo contrário, a coordenação do trabalho pedagógico, no seu autêntico sentido, tem a ver com todos os sujeitos e com todas as instâncias formativas no interior da escola. (VASCONCELLOS, 2002, p. 143).

Na coordenação do trabalho pedagógico, o papel do supervisor educacional passa a ser definido com base em seu objeto de trabalho, que é propor uma aprendizagem com significados, pois educar não se reduz a transmitir conhecimentos acumulados, mesmo com novas técnicas e tecnologias. Portanto cabe ao supervisor, como agente pedagógico, construir, criar, reinventar, contradizer,

contraditar, experimentar o novo saber; lançar-se ao desconhecido, ao duvidoso, ao incerto e tentar, permanentemente, se reeducar e melhor contribuir com o processo educativo.

CONCEITOS DE ÉTICA E MORAL

Ética e moral, embora tenham origem etimológica diferentes, possuem um significado comum. No entendimento de Vázquez (2002, p. 24), a moral vem do latim *mos* ou *mores*, que significa “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de regras ou normas adquiridas por hábitos. A moral se refere ao comportamento adquirido ou ao modo de ser conquistado pelo homem. Ética vem do grego *ethos*, que significa “modo de ser” ou “caráter”, também conquistado e adquirido pelo homem. Portanto Vázquez (2002, p. 23) define a ética como: “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano”.

Neste mesmo sentido, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998), a ética serve para verificar a coerência entre práticas e princípios, questionar, reformular ou fundamentar os valores e as normas componentes de uma moral sem ser em si normativa. Entre a moral e a ética há um constante movimento que vai da ação para a reflexão sobre seu sentido e seus fundamentos, e da reflexão retorna à ação, revigorada e transformada. Ora, os diversos grupos e as sociedades criam maneiras próprias de viver e elaboram normas e regras que servem como parâmetro para seus comportamentos. Estes princípios formam um conjunto de direitos e deveres que regulam as ações e as atitudes do ser humano.

Vázquez (2002) menciona que, como qualquer teoria, a ética é a explicação daquilo que já foi ou é, não uma simples descrição. Não lhe cabe criar juízos de valor sobre a prática moral de outras sociedades ou de outras épocas em nome de uma moral relativa ou universal, mas deve explicar a razão de ser desta pluralidade e das mudanças de moral, ou seja, deve esclarecer ao fato de os homens terem recorrido a práticas morais diferentes e até opostas.

Nesta mesma esteira, na perspectiva de Nalini (2008, p. 26): “a dimensão lingüística não deve interferir e nem desanimar quem estiver realmente interessado em refletir sobre a ética e retomá-la como alternativa ao caos moral”. As possibilidades da linguagem são infinitas, os problemas semânticos, sintáticos e pragmáticos não devem comprometer o encontro com o tema, ou seja, é preciso atentar para que as discussões não girem mais em torno das palavras do que do conceito em si. Por isso, em um contexto de crise moral, que assola toda a humanidade, torna-se necessário reconhecer a relevância de se discutir e compreender a ética.

O agravamento das questões mundiais – como violência, egoísmo, corrupção, indiferença com o outro – aumenta a perda dos valores morais. O descaso com a natureza denota a contaminação da consciência humana pelo vírus da mais cruel insensatez, a humanidade escolheu o suicídio ao destruir seu *habitat*. Esta crise da humanidade denuncia uma tragédia em curto prazo, agora não é mais uma questão de sensatez, e sim de sobrevivência; tudo passa por uma conversão ética (NALINI, 2008).

Nesta perspectiva aumenta ainda mais a responsabilidade da escola, além de suas funções tradicionais de transmissão de conhecimentos e de seleção social. Cabe a ela, na contemporaneidade, o desenvolvimento de um duplo processo: por um lado, deveria permitir a integração dos indivíduos em sociedade, garantindo a continuidade da vida social (moral); por outro lado, norteia-se por uma figura ideal de indivíduo, representação coletiva para os quais todos aderem de uma maneira ou de outra (ética). Estas duas dimensões da escola aproximam-se do que se chama tradicionalmente de problemas de moral e de ética. Por moral, entende-se uma herança normativa deontológica, baseada essencialmente no caráter obrigatório de norma. Já com relação à ética percebe-se, de acordo com certa convenção de leitura, uma herança normativa organizada em torno do objeto de uma “boa vida”. A relação entre moral e ética com frequência parece estar sempre em oposição. Este processo se traduz por uma série de tensões que adquirem expressões específicas no campo da escola (BRASIL, 1998).

Diante destes aspectos, a escola ainda aparece como uma instituição desnorteada, pois seus ideais de formação de cidadão e de homem virtuoso e culto se afastam cada vez mais deste objetivo. Na realidade, este processo permite perceber a profunda transformação dos objetivos da escola, ou seja, a imagem ética transmitida pela escola torna-se cada vez mais vazia. Contudo segundo as orientações dos PCNs, cabe à:

(...) escola enquanto instituição de ensino pode contrapor à satisfação individualista dos desejos a satisfação pessoal derivada da participação e da pertinência ao coletivo. Além do trabalho de ensino, o convívio na escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos como aliados à perspectiva de uma "boa vida". (BRASIL, 1998, p. 70).

Desta maneira, os estudantes perceberão que os valores (justiça, respeito, solidariedade) e regras (normas de convivência) decorrentes da educação ética são importantes e coerentes com seus projetos de vida e de felicidade. Assim, poderão integrá-los às suas personalidades, respeitando uns aos outros.

TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

A ética é um dos temas transversais contemplados nos PCNs (BRASIL 1998), por isso deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar, ou seja, integrada aos demais conteúdos e componentes curriculares. De acordo com os PCNs (BRASIL, 1998), a transversalidade diz respeito a aprender com a realidade, e a interdisciplinaridade refere-se à desfragmentação dos diferentes campos do conhecimento. Estas duas características diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade se refere a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento; enquanto a transversalidade diz respeito, principalmente, à dimensão da didática.

Segundo os PCNs (BRASIL 1998), na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade ocorrem mutuamente, pois os temas transversais expõem a inter-relação entre os objetos do conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade, tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade oportuniza uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre eles. Por esta mesma via, a transversalidade abre caminhos para a inclusão de saberes extra-escolares, dando significado à realidade dos alunos. Portanto os temas transversais dão sentido social a procedimentos e conceitos convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade de "passar de ano" (BRASIL, 1998, p. 30).

Os PCNs (BRASIL, 1998) têm como objetivo, ao trabalhar o tema da ética de forma transversal, trazer para o espaço escolar o desafio de instalar no processo ensino e aprendizagem, que se realiza em cada uma das áreas do conhecimento, uma constante atitude crítica de reconhecimento dos limites e das possibilidades dos sujeitos e das circunstâncias, bem como problematizar as ações e as relações dos valores e das regras que os norteiam. Ora, a escola deve ser um lugar em que os valores morais são pensados, refletidos e não meramente impostos ou frutos do hábito, a escola deve ser um lugar no qual os alunos desenvolvam a arte do diálogo.

Conforme indicado nos PCNs (BRASIL 1998), a problemática trazida pelos temas transversais está contemplada nas diferentes áreas curriculares: nos seus fundamentos e nos objetivos gerais, nos objetivos de ciclo, nos conteúdos e nos critérios de avaliação das áreas. Desta forma, em todos os elementos do currículo há itens selecionados a partir de um ou mais temas. Com a transversalidade, os temas passam a ser partes integrantes das áreas e não externos e/ou acoplados a elas, definindo uma perspectiva para o trabalho educativo que se faz a partir delas, mas é preciso atentar para o fato de que a possibilidade de inserção dos temas transversais nas diferentes áreas não é uniforme, de modo que é necessário respeitar a singularidade, tanto dos diferentes temas quanto das áreas. Além do que se refere à organização dos conteúdos, o trabalho com a proposta da transversalidade se define como:

Uma transformação da prática pedagógica rompe a limitação da atuação dos professores às atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a formação dos alunos. Os temas transversais permeiam necessariamente toda a prática educativa que abarca relações entre os alunos, entre os professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar. (BRASIL, 1998, p. 38).

Nesta conjuntura caberá ao docente mobilizar tais conteúdos em torno de temáticas escolhidas, de forma que as diferentes áreas não representem continentes isolados, mas digam respeito aos diversos aspectos que compõem o exercício da cidadania. Embora a transversalidade implique que os conteúdos dos temas transversais sejam contemplados pelas áreas e não configurem um

aprendizado à parte delas, todos os temas têm explicitado em seus documentos: o conjunto de conceitos, procedimentos, atitudes e valores a serem ensinados e aprendidos. Com isto se busca garantir que cada tema seja compreendido integralmente, isto é, desde sua fundamentação teórica até sua tradução em elementos curriculares.

Portanto, segundo os PCNs (BRASIL, 1998), os temas formam um conjunto articulado, o que faz com que haja objetivos e conteúdos coincidentes ou muito próximos entre eles. Por exemplo, a discussão sobre o consumo traz objetivos e conteúdos fundamentais para a questão ambiental, para a saúde e para a ética, os valores e os princípios que orientam são os mesmos, ou seja, os da cidadania e da ética democrática. Deste modo, as atitudes a serem desenvolvidas para a questão nos diferentes momentos e espaços escolares, ainda que possam ser concretizadas em atividades diferentes, são também fundamentalmente as mesmas, fazendo com que o trabalho dos diferentes educadores seja complementar.

A FORMAÇÃO ÉTICA E O CONTEXTO ESCOLAR

A escola e sua função social têm como atribuição específica a socialização do conhecimento. Além disto, pensamos que, na atualidade, cabe a ela também a formação ética dos indivíduos que fazem parte de seu contexto. Na história da educação brasileira, esta questão manifestou-se de diferentes maneiras em diferentes épocas. Ou seja, em 1826, o primeiro projeto público apresentado à Câmara dos Deputados previa que o aluno devia ter “conhecimentos morais, cívicos e econômicos”, mas não se tratava de conteúdos, pois não havia ainda um currículo nacional composto por matérias. Quando foi criado este elenco de matérias em 1909 a educação moral ainda não apareceu como conteúdo, mas havia essa preocupação quando se tratou das finalidades do ensino (BRASIL, 1998).

Em 1942, a lei Orgânica do Ensino Secundário falava em formação da personalidade integral do adolescente e da formação espiritual, consciência patriótica e consciência humanista do aluno. Já em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava entre suas normas a “formação moral e cívica” do aluno, somente em 1971, por meio da Lei nº 5.692/71 instituiu-se a educação moral e cívica como área da educação escolar no Brasil (BRASIL, 1998).

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), ao contemplar, em seus artigos 2º e 3º, que a educação nacional deve ser inspirada nos princípios da liberdade e da solidariedade, evidencia uma preocupação nítida com a dimensão ética da educação, principalmente, em contemplá-la nas propostas que se apresentam para a sociedade. Por isto a escola, com sua função social, deve se empenhar na formação ética de seus educandos.

Portanto se acredita que o processo educacional não é alcançado unicamente por meio da soma da qualidade técnica do sujeito, da fidelidade do modelo econômico e da satisfação, mas se constrói no desenvolvimento do ser humano como tal, ou seja, no mais profundo do seu ser e na qualidade do convívio social, fruto da justiça e da solidariedade. Pode-se inferir que o grande papel da educação é fundamentalmente ético. Ou seja, educar, hoje, mais do que nunca, é acumular saber para humanizá-lo, distribuí-lo e dar-lhe um sentido ético, isto é, solidário, cuidadoso com a dignidade do ser humano e do mundo.

Neste sentido, o objetivo da ética é possibilitar que as comunidades humanas tenham a liberdade de se posicionar na vida, pois é esta a única maneira que o ser humano tem de se realizar como pessoa, na comunhão participativa com os outros e com a natureza. Assim, a ética no contexto educacional tem o papel primordial de tornar os educandos capazes de viver em vista do bem, não apenas sonhando e pensando, mas que realmente isso seja construído na trama da existência e se manifeste por intermédio da consciência.

O educador, inserido em um contexto despido de valores éticos, não pode deixar de sublinhar, antes de tudo, a originalidade do ponto de vista ético, que situa a eticidade do ato humano na conformidade com o juízo da razão. Mesmo que não possa fazer da consciência a fonte de todos os valores, juíza suprema do bem e do mal, pois, para que conduza o ser humano na via do bem, a consciência precisa estar habilitada a se conformar à realidade total, precisa antes de tudo ser formada. Ora, o problema da formação da consciência, na pedagogia ética, tão crucial para o educador, reside na capacidade de levar o educando a ter acesso ao que é realmente bom, na liberdade,

tomando em conta as exigências morais tradicionais, mas sem deixar de dar a devida importância às aspirações e às percepções das pessoas e do grupo em que vivemos (ALVES, 2005).

Segundo os PCNs (1998), as influências que as instituições e os meios sociais exercem sobre a educação são fortes, mas não assumem o caráter de uma predeterminação. A constituição de identidades, a construção da singularidade de cada um se dá na história pessoal, na relação com determinados meios sociais. Configura-se como uma interação entre as pressões sociais e os desejos, as necessidades e as possibilidades afetivo-cognitivas nos contextos socioeconômicos, culturais e políticos.

Os diversos valores, as normas, os modelos de comportamento que o indivíduo compartilha nos diferentes meios sociais a que está integrado ou exposto colocam-se em jogo nas relações cotidianas. A percepção de que determinadas atitudes são contraditórias entre si ou em relação a valores ou princípios expressos pelo próprio sujeito não é simples e nem óbvia. Requer uma elaboração, implicando reconhecer os limites para a coexistência de determinados valores e identificar os conflitos e a incompatibilidade entre outros. A forma de operar com a diversidade de valores, por vezes conflitantes, também é dada culturalmente ainda que do ponto de vista do sujeito dependa também do desenvolvimento biopsicológico. Ou seja, os preconceitos e as discriminações, o negar-se a dialogar com aqueles que possuam valores diferentes, são aprendidos.

Com isto, acentua-se que a ética está na base da sociedade, das instituições e da vida humana, como expressão maior da convivência pacífica entre os homens. A ética qualifica o agir humano mediante os costumes, a cultura, a história, focalizando o que é realmente humano neste agir concreto, ou seja, ela focaliza como se articulam o bem e a liberdade num ato humanizado. A educação também diz respeito ao agir humano, que não é humano senão no seio de uma sociedade. O ser humano só se afirma e se desenvolve como pessoa no inter-relacionamento de uns com os outros na sociabilidade. Numa palavra, há uma relação inegável entre a ética e a educação, pois ambas dizem respeito à qualidade específica do agir humano.

Portanto a educação deve ser entendida como um conjunto de ações que têm como objetivo permitir e facilitar ao educando o harmonioso e o pleno desenvolvimento de si mesmo, tanto na perspectiva da convivência como na construção do conhecimento, bem como no equilíbrio dos sentimentos e nas habilidades indispensáveis ao provimento e à satisfação de suas necessidades e da comunidade em que vive. Assim, pode compreender que a educação envolve a totalidade de ser humano e se estende a todas as faces do ser e agir.

METODOLOGIA E ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para desenvolver esta pesquisa, foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa, caracterizada como estudo exploratório. Entende-se a pesquisa qualitativa como uma "expressão genérica", isto significa que ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas, em que o pesquisador tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade de modo qualitativo, ou seja, interpretativo.

Segundo Triviños (1990), a pesquisa qualitativa tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos e, em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidade. A metodologia qualitativa está intrinsecamente ligada à corrente filosófica de pensamento fenomenológico. A ideia fundamental, básica, da fenomenologia é a noção de intencionalidade. Esta intencionalidade é da consciência que sempre está dirigida a um objeto. Isto tende a reconhecer o princípio que não existe objeto sem sujeito.

Os participantes da pesquisa são três supervisores educacionais de três escolas públicas de Santa Maria. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, a partir de um roteiro pré-elaborado, composto de quatro perguntas. As entrevistas foram gravadas em fitas cassetes e transcritas posteriormente. Foi garantido aos participantes da pesquisa que, após a transcrição dos conteúdos gravados nas fitas, as mesmas seriam desgravadas, garantindo a privacidade dos participantes da pesquisa e o sigilo das informações. Para atender a estes aspectos éticos, é omitido o nome das escolas, e os supervisores são identificados pela letra SE (supervisor educacional) seguido de um número.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Bardin (2004) define como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Portanto, segundo Bardin (2004, p. 37), na análise de conteúdo "procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A lingüística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens".

Seguindo os passos metodológicos apresentados, procura-se, ora adiante, apresentar os resultados levantados a partir de entrevistas realizadas com três supervisores educacionais de três escolas públicas de Santa Maria, RS.

A questão número um (1) teve por objetivo verificar como os supervisores educacionais trabalham com o tema da ética nas dimensões supervisor-professor-direção, bem como supervisor-professor-aluno. Observou-se que os três supervisores trabalham a ética de maneira específica, utilizando-se de diferentes técnicas, como mostram os depoimentos a seguir.

Independente de qualquer situação a ética é fundamental no exercício da função, no sentido do respeito e na autoridade do professor, nós somos extremamente democráticos, as decisões são tomadas em grupo. Com relação aos professores e direção há um trabalho todo com o respeito do professor e direção, com o aluno para respeitar a individualidade de cada um, através de textos de conscientização e reflexão, também se faz com os alunos 'mesa redonda'. (SE-1).

A gente conversa sobre a forma de agir entre direção-professor e alunos, mas não de maneira formal, com relação aos alunos a disciplina de ensino religioso trabalha mais e no decorrer do processo a gente trabalha a ética na medida em que forem surgindo os problemas. (SE-2).

Nós temos um projeto da escola que se preocupa muito com a ética, mas ocorre só no papel há uma boa vontade da escola, mas é muito difícil as coisas não acontecem 100% "o ser humano muitas vezes tem dificuldade com comprometimento". As vezes se organiza trabalho, mas geralmente não são todos os colegas que estão empenhados. Com os alunos temos tentado passar algum fundamento de ética, chamamos a família também, mas não temos bons resultados, pois os alunos vêm com muitas lacunas à escola e sozinha ela não faz milagre e a família tem deixado muito a desejar. (SE-3).

Os depoimentos das entrevistadas mostram que as formas de trabalhar ética na escola compreendem desde conversas informais com os alunos e professores, bem como a realização de "mesa redonda" para debater o tema, estudo de textos, reflexões e desenvolvimento de projetos.

Na escola dois (2), o tema ética está incluído na disciplina de ensino religioso. É importante destacar que, ao afirmar "agente trabalha ética na medida em que forem surgindo os problemas" (SE-2), este supervisor demonstra uma concepção de ética contextual que trata do cotidiano das pessoas. Esta é uma visão de ética contemporânea, mas que não abandona os princípios da ética tradicional porque "a dimensão espacial da ética tradicional é o agir próximo" (ZANCANARO, 2003, p. 62).

Quanto às dificuldades em trabalhar o tema da ética na escola, o supervisor SE-3 aponta que nem todos os colegas são comprometidos com a questão e que as famílias são solicitadas.

A partir destes depoimentos, observa-se que os supervisores educacionais estão atentos às condutas humanas e associam a ética como um conjunto de normas e regras que servem como parâmetro para seus comportamentos. Estes princípios formam um conjunto de direitos e deveres que regulam as ações e as atitudes do ser humano. Pode-se inferir que estes três participantes entendem a ética como moral, ou seja, no entendimento de Vázquez (2002), a ética se transforma numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade.

A questão de número dois (2) permitiu identificar algumas situações em que os princípios da ética foram fundamentais na solução de um problema do contexto escolar.

Quando há conflito entre o professor e os alunos, chama-se individualmente para conversar, procura se preservar a imagem do professor de todas as formas possíveis, não se interfere no momento da aula, a menos que seja solicitado. A escola tem um projeto onde cada ano será trabalhado um valor, nós procuramos trabalhar as dificuldades e conflitos entre professores e alunos e entre os próprios professores com muito diálogo e discricão. (SE-1).

Uma situação em que nós utilizamos os princípios da ética foi em uma época onde os alunos estavam tirando fotos do celular dos professores e colegas sem sua permissão e estavam colocando no "Orkut", e lá faziam comentários maldosos. Então se conversou com os alunos e com os pais, mostramos a lei municipal que proíbe máquinas de qualquer espécie dentro dos estabelecimentos escolares e aproveitando a situação fizemos um trabalho de conscientização através de textos e conversas. (SE-2).

Teve uma turma que procurou a direção, pois queriam falar sobre a postura de um determinado professor, então conversamos com a turma e com o professor separadamente. Aqui na escola quando existe um problema tem que ser resolvido com muito respeito e diálogo. "A escola não dá margem para fofocas" o assunto que é tratado na turma fica na turma e dentro da escola. Nós cobramos que tudo seja feito de maneira equilibrada, exigimos que quando alguém faz uma crítica que seja apontada uma solução. (SE-3).

Com relação à segunda questão, observa-se nos depoimentos dos participantes que a função do supervisor escolar reside na resolução dos conflitos, quase que generalizada, pois para os participantes da pesquisa o valor do respeito envolve também a conscientização, para que se construam valores e atitudes corretas. Assim, pode-se inferir que os supervisores participantes desenvolvem seu trabalho escolar de acordo com as orientações dos PCNs. Este documento menciona que:

(...) a escola como um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos e não meramente imposto ou frutos do hábito, além disso a escola deve ser um lugar onde os alunos desenvolvam a arte do diálogo. O convívio na escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos. (BRASIL, 1998, p. 70-71).

Neste sentido, o espaço escolar caracteriza-se como um espaço de diversidade por princípio. A escola é um ponto de convergência de diversos meios sociais, traz para dentro dela os mais variados valores expressos na diversidade de atitudes e de comportamentos das pessoas que a integram. Além disto, os participantes exercem seu trabalho de acordo com a Resolução nº 196/96 – CNS, que dispõe sobre o sigilo, a privacidade, o respeito à proteção de imagem e a não estigmatização em tudo o que diz respeito ao indivíduo e à coletividade (BRASIL, 1996).

Você poderia explicar como você trabalha o tema da ética e que assuntos você aborda? Foi a terceira (3) questão colocada aos supervisores educacionais entrevistados.

*Nas reuniões, abordamos a importância do respeito entre os colegas e com os alunos. (SE-1)
Por meio de diálogo, sempre aproveitando o contexto, ou seja, a situação. (SE-2)
Com os alunos por meio de conversas e reflexões com os professores por meio de reuniões, conversas, textos reflexivos de manchetes de jornal. (SE-3)*

A partir da análise dos depoimentos dos participantes, observa-se que os valores do respeito e do diálogo são premissas para que a ética exista dentro da escola, ou seja, a concepção de ética dos participantes está fundamentada no aspecto teleológico, no qual o valor é apontado como fim a ser alcançado. Neste sentido, o sistema de valores está destinado ao significado último da existência humana, ao sentido da vida e estes são definidos como aquilo que favorece a plena realização do homem (BASSO, 2006).

A questão número quatro (4) teve por intuito verificar se os professores se sentem interessados, quando o tema da ética é abordado. As respostas dos três participantes podem ser analisadas em uma única categoria "os professores da escola têm interesse, mas não fazem muito para mudar", como mostram os nos depoimentos a seguir:

*Interessados sim, mas percebe-se uma postura de resistência, onde um ou outro ainda se vê superior ao aluno. (SE-1)
São bastante interessados, pois fazem sugestões, debatem determinados assuntos, mas há exceções. (SE-2)
Interessados eles são, também, conscientes, mas nem todos conseguem desenvolver isso na prática. (SE-3)*

No que se refere à quarta questão, observa-se que a temática ética aparece como algo agradável e desperta o interesse dos professores das escolas, é motivadora em praticamente todos os casos. Contudo os depoimentos mostram que, ao mesmo tempo em que alguns professores se interessam pelas questões éticas e assumem uma postura de executores, ou seja, são ativos, motivados e

comprometidos com os princípios éticos, existe também uma parcela de professores que são mais passivos, desmotivados e, conseqüentemente, desinteressados com a prática dos valores éticos no seu fazer pedagógico.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que falta ao supervisor educacional motivar os professores por meio de novas técnicas e alternativas, como: metodologias variadas para despertar o interesse nos docentes, além disto, o supervisor educacional deve sensibilizar os professores da importância da ética dentro do contexto escolar, para que os sujeitos envolvidos no processo educacional possam adotar uma constante atitude crítica-reflexiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente investigação pudemos constatar que todos os supervisores educacionais participantes da pesquisa trabalham a temática ética com os professores por meio do diálogo, das conversas, das discussões de textos em grupos, geralmente nas reuniões pedagógicas. No que diz respeito aos alunos não é diferente, aborda-se o tema dos valores éticos por meio de discussões e diálogos. Ou seja, o diálogo se constitui como a principal ferramenta utilizada pelos supervisores para trabalhar o tema da ética, seja com professores e/ou alunos.

Percebemos, ainda, que em todas as situações os princípios da ética fundamentaram a resolução de problemas dentro da escola. Foram utilizadas conversas e diálogos para resolver conflitos entre professores e alunos e vice-versa, também entre os próprios professores, com exceção de uma determinada escola, que teve um caso curioso em que os alunos estavam utilizando a imagem de professores e colegas indevidamente na Internet sem a permissão das mesmas. Neste caso, a interferência do supervisor educacional foi de fundamental importância, pois utilizou uma das suas atribuições, que é deter o conhecimento da legislação vigente. Este conhecimento prévio lhe oportunizou utilizar o artigo da legislação municipal que proíbe a utilização de acessórios eletrônicos dentro das escolas municipais. A partir de então os alunos e os familiares ficaram conhecendo os princípios da ética de maneira formal.

A partir da leitura dos autores que fundamentaram teoricamente esta pesquisa, pudemos concluir que a escola é um dos locais mais privilegiados para a vinculação de valores que oportunizam as trocas. Por isso, a escola deve ser um espaço de práticas sociais, na qual os sujeitos envolvidos não apenas entrem em contato com valores determinados, mas que ampliem a sua capacidade de julgamento e a consciência de suas escolhas quanto aos resultados sociais delas. Ou seja, a escola tem uma grande participação na formação ética dos alunos e de todos os sujeitos que estão direta ou indiretamente ligados a ela. Conseqüentemente, esta formação ética possibilita uma consciência reflexiva, autonomia nas escolhas e nas ações, e capacidade de o indivíduo atuar em situações conflituosas da vida social.

Portanto com esta pesquisa constatou-se que os supervisores educacionais trabalham a ética no contexto escolar de maneira singela, com isso se pode inferir que esta prática pedagógica, em torno dos valores éticos no contexto escolar, poderia ser feita de forma mais constante e consistente, para que os professores e os alunos percebam a importância da ética na vida de todos os envolvidos com o processo de formação humana, tanto profissional como pessoal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcos Alexandre. Humanização: a dimensão ética na educação. In: BARIN, Nilza, T.R.; BORGES, Zelma. S. (Orgs.). **O cinquentenário da dialética pedagógica do Centro Universitário Franciscano**. Santa Maria: UNIFRA, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, dispõe sobre a Educação, institui a Política Nacional Educação e dá outras providências.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**, dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 1996.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BASSO, Ilda. **Uma ética para educar**: valores da formação docente. São Paulo: Edusc, 2006.

MAIA, Graziela Zambão Abdian (Org.). **Administração e supervisão escolar**: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

PRZYBYLSKI, Edy. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre, RS: Sagra, 1985a.

_____. **Supervisão escolar**: concepções básicas. Porto Alegre: Sagra, 1985b.

QUEIROZ, T. Godoy, C. **Avaliação nossa de cada dia**: guia prático de avaliação. São Paulo: Riddel, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica**: princípios e práticas. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

ZANCANARO, Lourenço. A ética de responsabilidade com o futuro: uma dimensão pedagógica. In: Noal, F.O.; BARCELOS, V.H.L. (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2003.

Artigo recebido em 07/07/2011

Aprovado em 15/09/2011